

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

LEONARDO LIMA DA SILVA

**DESAFIOS DOS ESTUDANTES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
REFLEXÕES À LUZ DAS RELAÇÕES DE GÊNERO**

JOÃO PESSOA
2020

LEONARDO LIMA DA SILVA

**DESAFIOS DOS ESTUDANTES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
REFLEXÕES À LUZ DAS RELAÇÕES DE GÊNERO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal da Paraíba, como requisito
parcial para a obtenção do título de licenciatura
em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Jeane Félix da Silva.

JOÃO PESSOA

2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586d Silva, Leonardo Lima da.

DESAFIOS DOS ESTUDANTES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
"REFLEXÕES À LUZ DAS RELAÇÕES DE GÊNERO" / Leonardo
Lima da Silva. - João Pessoa, 2020.
057 f.

Orientação: JEANE FÉLIX SILVA.
Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. PEDAGOGIA. EDUCAÇÃO INFANTIL. MASCULINIDADES. GÊNERO.
I. SILVA, JEANE FÉLIX. II. Título.

UFPB/BC

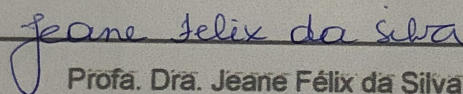
**DESAFIOS DOS ESTUDANTES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES
À LUZ DAS RELAÇÕES DE GÊNERO**

LEONARDO LIMA DA SILVA

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba,
UFPB, Campus I, como requisito para a obtenção do título em licenciatura em
Pedagogia.

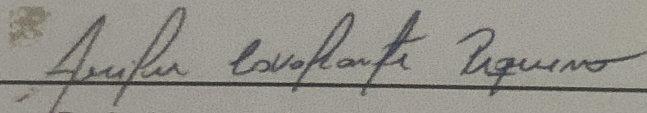
Aprovado em: 06/04/2020.

BANCA EXAMINADORA



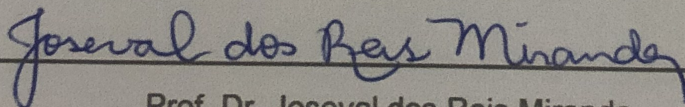
Profa. Dra. Jeane Félix da Silva

Orientadora – DHP/UFPB



Profa. Ms. Arilu Cavalcante Pequeno

Examinadora – EEBAS/UFPB



Prof. Dr. Joseval dos Reis Miranda

Examinador – DME/UFPB

Dedico esse trabalho à minha mãe, Maria Amelia Lima da Silva, viva em meu peito e nas minhas recordações. O nosso elo é atemporal.

AGRADECIMENTOS

À Deus, obrigado, por tantas dádivas, e pela possibilidade de chegar até aqui. Tu és o meu rochedo!

À minha esposa, Juliana Maria, pelo carinho e afeto devotados, pelo incentivo incondicional, por cuidar tão bem de mim, pelo auxílio fundamental para a feitura desse trabalho, te adoro. À minha filha, Raíssa, minha maior razão para sorrir.

Aos excelentes professores com quem tive o prazer de conviver e aprender durante a jornada na academia, entre eles: professor Roberto Rondon, professor Joseval Miranda, professor Jorge Lubenov, professor Milton Marques Júnior, professora Nádia Jane, professora Arilu Cavalcante, professora Cláudia, professora Ana Paula Furtado, professora Ana Luisa Amorim, professora Arilane Florentino, professora Amanda Galvíncio e professora Camila Paiva.

À professora Jeane Felix, a senhora foi crucial para que eu pudesse concluir esse trabalho com qualidade e êxito, obrigado, por acreditar na ideia e em mim, um aluno que jamais cursou uma disciplina sequer com a senhora, enfim, muito obrigado, por tudo.

“Amai-vos uns aos outros como Eu vos amei.
Somente assim podereis ser reconhecidos
como meus discípulos”.

(João 13:34-35)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aborda a temática da participação estudantes homens do curso de Pedagogia no componente curricular obrigatório Estágio Supervisionado em Educação Infantil. Trata-se de uma pesquisa que tem como sujeitos os estudantes homens da graduação de Pedagogia, do *Campus I* da Universidade Federal da Paraíba, e que já cursaram o referido componente curricular. Este TCC tem como objetivo central compreender os percursos, os desafios e possibilidades desses estudantes na Educação Infantil, uma área de atuação docente marcadamente feminina, à luz dos conceitos de gênero e masculinidade. Assim, contribuímos com as reflexões que buscam compreender os motivos dos eventuais preconceitos ocorridos com esses estudantes durante o estágio em Educação Infantil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa em que a produção do material empírico ocorreu por meio da aplicação de um questionário com estudantes do curso. Entre os resultados destacam-se atravessamentos de gênero na atuação desses estudantes e das profissionais das escolas onde realizaram os estágios e uma certa naturalização desse como sendo um espaço para mulheres. Sugere-se, como resposta ao enfrentamento de tais situações que as questões de gênero sejam estudadas e aprofundadas durante o processo de graduação em Pedagogia, bem como na formação continuada de profissionais da educação, corroborando para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras chave: Pedagogia. Educação Infantil. Masculinidades. Gênero.

RESUMEN

Este documento de conclusión del curso (TCC) aborda el tema de la participación de los estudiantes varones en el curso de pedagogía en el componente curricular obligatorio Pasantía supervisada en educación infantil. Es una investigación que tiene como asignaturas a los estudiantes varones del curso de pregrado de Pedagogía, del Campus I de la Universidad Federal de Paraíba, y que ya han estudiado dicho componente curricular. Esta TCC tiene como objetivo central comprender los caminos, desafíos y posibilidades de estos estudiantes en Educación Infantil, un área de actividad docente marcadamente femenina, a la luz de los conceptos de género y masculinidad. Por lo tanto, contribuimos a las reflexiones que buscan comprender las razones de los prejuicios que ocurrieron con estos estudiantes durante la pasantía en Educación Infantil. Es una investigación cualitativa en la que la producción de material empírico se produjo mediante la aplicación de un cuestionario con los estudiantes del curso. Entre los resultados, los cruces de género se destacan en el desempeño de estos estudiantes y profesionales de las escuelas donde realizaron las pasantías y una cierta naturalización de esto como un espacio para las mujeres. Se sugiere, en respuesta a enfrentar tales situaciones, que las cuestiones de género se estudien y profundicen durante el proceso de graduación de la pedagogía, así como en la educación continua de los profesionales de la educación, corroborando la construcción de una sociedad más justa e igualitaria.

Palabras clave: Pedagogía. Educación Infantil. Masculinidades. Género.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Raça/cor.....	30
Gráfico 2 Estado civil	30
Gráfico 3 Orientação sexual	31
Gráfico 4 Quantidade de filhos	31
Gráfico 5 Período do curso	32
Gráfico 6 Trabalha atualmente	32
Gráfico 7 Profissão exercida	33
Gráfico 8 Se aborda conteúdos de gênero	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Idade dos pesquisados.....	33
Quadro 2: Respostas dos entrevistados referentes a primeira pergunta específica.	34
Quadro 3: Respostas dos entrevistados referentes a primeira pergunta específica.	35
Quadro 4: Respostas dos entrevistados referentes a segunda pergunta específica.	37
Quadro 5: Respostas dos entrevistados referentes a segunda pergunta específica.	38
Quadro 6: Respostas dos entrevistados referentes a segunda pergunta específica.	38
Quadro 7: Exemplos de respostas dos entrevistados referentes a terceira pergunta específica.	40
Quadro 8: Exemplo de resposta de um entrevistado referente a terceira pergunta específica.	40
Quadro 9: Exemplos de respostas dos entrevistados referentes a quarta pergunta específica.	41
Quadro 10: Exemplos de respostas referentes a quinta pergunta específica.	41
Quadro 11: Exemplos de respostas referentes a quinta pergunta específica.	42
Quadro 12: Exemplos de respostas referentes a sexta pergunta específica.....	43
Quadro 13: Exemplos de respostas referentes a sexta pergunta específica.	43
Quadro 14: Exemplos de respostas referentes a oitava pergunta específica.....	44
Quadro 15: Exemplos de respostas referentes a oitava pergunta específica.	45

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1. A Educação Infantil no Brasil: Um breve percurso histórico	14
2.1.1 Parâmetros legais acerca da educação infantil no contexto brasileiro	17
2.2 A Pedagogia e as relações de gênero	20
2.3 As distintas masculinidades	25
3. CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	28
4 DISCUSSÃO E RESULTADOS	30
4.1 Perfil dos pesquisados	30
4.2 Desafios no decorrer do estágio pelos estudantes homens	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS.....	48
APÊNDICES.....	51

1 INTRODUÇÃO

Sou homem e estudante concluinte do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Durante minha formação, percebi que havia um “não-lugar” para os homens na Pedagogia e esse era na Educação Infantil. Não-lugar que fica nítido na composição das turmas quase que integralmente por mulheres, que se ratifica nos anúncios de estágios destinados especificamente às mulheres, e que se ampara numa discussão ainda superficial e não contínua da temática, e que se concretiza na aceitação e na naturalização dos preconceitos inerentes a atividade docente realizada pelos homens.

De maneira que, tais inquietações fomentaram em mim, o anseio de compreender as dificuldades e os obstáculos encontradas pelos estudantes homens da graduação em Pedagogia no que se refere à inserção na Educação Infantil, sobretudo no Estágio Supervisionado em Educação Infantil. Para isso, *a priori*, é preciso compreender como a educação das crianças pequenas foi se constituindo como um “não-lugar” para homens.

Para isso, de acordo com Marafon (2012), é importante destacar que o atendimento institucional às crianças de 0 a 6 anos, em nosso país, surgiu a partir do século XIX. Antes disso, o atendimento institucionalizado às crianças nessa faixa etária era quase inexistente. Na zona rural, onde vivia à época a maioria da população, as famílias de fazendeiros assumiam a função de cuidar das “crianças desamparadas”, geralmente frutos de relações de exploração entre os senhores brancos e as mulheres, em geral, negras e índias.

Desse modo, consoante às afirmações de Marafon (2012), esse quadro foi se transformando a partir do processo de urbanização do nosso país, quando ocorreu o crescimento das cidades, o que demandou o surgimento das primeiras iniciativas de proteção das crianças, a essa conjuntura, soma-se o processo da abolição da escravidão, e outra demanda era o que fazer com os filhos e filhas dos(as) escravos(as), em sua maioria “escanteados(as)” e jogados a própria sorte. Assim, fazia-se se urgente à criação de espaços para o amparo e a acomodação desses infantes.

Para Paschoal e Machado (2009), a oferta da Educação Infantil institucionalizada, parte das necessidades supracitadas, além de outros fatores, tais como: o alto índice de mortalidade infantil à época, a grande quantidade de acidentes domésticos envolvendo crianças e a desnutrição que atingia grande parte das crianças pobres. Ou seja, foi a partir de uma perspectiva assistencialista, que alguns setores da sociedade brasileira, pensaram em um meio de atender às crianças em espaços não familiares, conforme citação abaixo:

Enquanto para as famílias mais abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar os filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que deles cuidasse. Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para os filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto de família. Essa origem determinou a associação creche, criança pobre e o caráter assistencial da creche (DIDONET, 2001 *apud* PASCHOAL; MACHADO, 2009, p.32).

Ainda, segundo os autores susoditos, antes das instituições de assistência às crianças pobres, foi instituída a “roda dos excluídos”, que consistia em um local onde se deixavam bebês abandonados pela mãe ou qualquer outra pessoa da família. Durante mais de um século a “roda dos excluídos” foi à única possibilidade de uma instituição fornecer assistência às “crianças desamparadas” no Brasil, e mesmo com muitos opositores em determinados segmentos da sociedade, persistiu, até em meados dos anos 1950, do qual o Brasil, foi o último país do mundo a efetivamente extinguir esse tipo de instituição.

Demonstrando que, todo o trajeto do atendimento institucional às crianças em nosso país, sobretudo as menos favorecidas, se deu sobre uma ótica assistencialista, pautado no cuidar, no zelar, nos cuidados com a alimentação e a higiene das crianças, trazendo características da “maternagem¹” a tal modalidade de atendimento, o que fez com que este fosse compreendido como uma característica de mulheres, algo inerente ao suposto “universo feminino”.

Nessa perspectiva, os homens foram ficando de fora dos cuidados e da educação das crianças pequenas, o que tem efeitos até os nossos dias, tanto na

¹ Cuidar, amar, proteger, doar, ensinar.

atuação de homens nas escolas de Educação Infantil, quanto no desenvolvimento do componente curricular Estágio em Educação Infantil, obrigatório na matriz curricular do Curso de Pedagogia da UFPB. Assim, partindo do pressuposto que a maior dificuldade para a inserção dos homens na Educação Infantil, tanto no estágio obrigatório quanto na efetiva docência, é o simples fato de ele ser homem, escolhi me aprofundar nesse tema com o anseio de compreender os percursos, os desafios e as possibilidades que estudantes homens do curso de Pedagogia passaram no desenvolvimento do componente curricular Estágio Supervisionado em Educação Infantil, obrigatório em meu curso.

Dessa maneira, o trabalho teve como objetivos gerais, conhecer e refletir sobre os percursos, os desafios e as possibilidades dos estudantes homens do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, *Campus I*, que cursaram o componente curricular de Estágio em Educação Infantil, acerca das suas experiências nessa etapa da Educação Básica, e específico, refletir sobre os atravessamentos de gênero, com foco nas masculinidades, que marcam as experiências dos estudantes de Pedagogia no referido estágio supervisionado.

Desse modo, foi realizada uma entrevista semiestruturada, no turno da noite, na Universidade Federal da Paraíba, *Campus I*, na cidade de João Pessoa, com 10 estudantes homens do curso de Pedagogia, que cursaram a disciplina obrigatória de Estágio Supervisionado em Educação Infantil, na qual teve como instrumento, um questionário contendo perguntas sociodemográficas em conjunto com perguntas específicas, elaborado por mim, em parceria com a minha orientadora.

Além deste capítulo introdutório, o trabalho foi assim organizado: Capítulo 2, A Educação Infantil no Brasil: um breve percurso histórico, o qual aborda a origem da Educação Infantil no país; Capítulo 3 que tem como título: A Pedagogia e as relações de gênero, que propaga acerca da profissão de pedagogo dentro de uma concepção de gênero; Capítulo 4 que aborda os conceitos de masculinidades; Por fim, apresento as considerações finais do trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A Educação Infantil no Brasil: Um breve percurso histórico

No Brasil, a organização do atendimento educacional e de cuidado às crianças, em creches, data de 1879, conforme Kuhlman (2010) citado por Nascimento (2015). Segundo o autor:

Diferente do caso europeu onde a creche foi criada para a ampliação do trabalho industrial feminino, aqui a creche é apresentada como a nova instituição para a solução dos problemas trazidos pela Lei do Ventre Livre, com a educação das crianças filhos de escravos. Somente a partir do período republicano, quando as fábricas e indústrias ganharam maior impulso, outras instituições foram sendo inauguradas para atender as crianças filhos de trabalhadores e operários (KULMANN, 2010, apud NASCIMENTO, 2015, p.15).

Cabe destacar que o atendimento educacional institucionalizado às crianças dentro do contexto brasileiro surge de transformações econômicas e sociais. Nessa perspectiva, podemos indicar que, no contexto brasileiro, o atendimento institucional às crianças emergiu da necessidade de se cuidar dos filhos e filhas das pessoas negras escravizadas que, em decorrência da Lei do Ventre Livre², ficaram desprotegidas e desamparadas, “trazendo características de compensação, cuidado e caridade ao atendimento institucional as crianças brasileiras” (DELGADO; MACHADO, 2009). Nas palavras dos autores:

A partir da segunda metade do século XIX, o quadro das instituições destinadas à primeira infância era formado basicamente da creche e do jardim de infância ao lado de outras modalidades educacionais, que foram absorvidas como modelos em diferentes países. No Brasil, por exemplo, a creche foi criada exclusivamente com caráter assistencialista, o que diferenciou essa instituição das demais criadas nos países europeus e norte-americanos, que tinham nos seus objetivos o caráter pedagógico. Essas diferenças exigem que seja analisada na sua especificidade, para que se possa compreender a trajetória desse nível de ensino no caso brasileiro e na relação que estabelece com o contexto universal (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 81).

² A respectiva Lei declara que os filhos e filhas das mulheres escravizadas eram nascidos(as) livres.

Ainda, conforme as palavras de Didonet (2001) mencionadas por Delgado e Machado (2009), além de atenderem aos filhos(as) libertos(as) das pessoas negras escravizadas, bem como, as demais crianças consideradas carentes, outras demandas foram abarcadas pelo atendimento institucional. Na perspectiva brasileira, essas instituições também tinham como finalidade atender aos filhos e filhas de relações conflituosas e abusivas, retirar crianças das ruas, reduzir os altos índices de acidentes com as crianças no seio da família e dirimir os altos índices existentes à época da mortalidade infantil.

No Brasil, conforme enfatiza Nascimento (2015) a educação para as crianças passa, pois, a ser pensada como uma possibilidade de que a modernização chegasse por aqui, fazendo com que médicos(as), juristas, intelectuais e religiosos(as) se mobilizassem para que as crianças, sobretudo as que eram consideradas carentes, fossem amparadas, com o intento de trazer uma modernidade ao país, tal como a modernização ocorrida nos países europeus, conforme enfatiza a citação a seguir:

A influência da assistência científica é outro ponto de destaque neste processo. Com o objetivo de racionalizar a organização assistencial no atendimento à criança, médicos e dirigentes das instituições concebidas para este fim, buscavam na ciência a solução para o “problema da infância”. A assistência médico-higienista é um ponto de destaque nesse movimento. Entretanto, esse movimento, ao mesmo tempo em que faz a defesa da criança, carregou os limites da concepção da “assistência científica”, que parte do preconceito pela pobreza e trata as instituições como dádiva e não como direito a ser oferecido por instituições privadas, desobrigando o Estado. Essa nova concepção assistencial abarca também aspectos como, a alimentação e a habitação dos trabalhadores e dos pobres. Desta forma, a assistência científica aparecerá nas propostas e justificativas da criação de creches no país [...] (NASCIMENTO, 2015, p.17).

A partir das palavras elencadas por Nascimento (2015), fica explícita a ambiguidade existente na maneira como era pensado o atendimento educacional às nossas crianças, de um lado, como uma ferramenta de modernização para o país, tratando as crianças como relevantes e a garantia de um futuro melhor para a nação e, por outro, concebendo o acesso à educação como uma “regalia”, uma compensação e não como um direito de todos(as).

Nessa perspectiva, o propósito de proteger a infância impulsionou o surgimento de várias associações e instituições voltadas às crianças nos mais

diversos aspectos como, saúde e sobrevivência, direitos sociais e educação. Anteriormente a este processo, arranjos alternativos foram se construindo, com o intento de atender as crianças das classes menos favorecidas.

Nessa ótica, a não participação do Estado na implantação e funcionamento inicial das instituições de atendimento às crianças, fez com que, por um longo período, tal atendimento fosse realizado por entidades de cunho filantrópico (instituições privadas e/ou instituições religiosas), o que só foi mudando com a chegada da coroa portuguesa às terras brasileiras, ainda que de um modo moroso (ARAGÃO; KREUTZ, 2010).

Para Aragão e Kreutz (2010), para suprir essas demandas houve a abertura de escolas de primeiras letras em todo o país e se multiplicaram as escolas secundárias de artes e ofícios, bem como o Ensino Superior. Todavia, tais iniciativas, não foram tão eficazes no que diz respeito à democratização educacional, haja vista que o analfabetismo persistia, sobretudo entre as pessoas não brancas, de acordo com a citação abaixo:

No entanto, o Brasil escravocrata e monocultor – que cedia espaço para a urbanização, com a abertura de portos e a reorganização administrativa – sofria fortes pressões dos ideais liberais europeus, que defendiam a instrução populacional em massa. Assim, o artigo 179 da Constituição de 1824 estabelecia a gratuidade da instrução primária para todos os cidadãos, e em 1827, uma lei determinou a criação de uma escola de primeiras letras em cada cidade, a qual não chegou a ser cumprida. A partir desse momento, as meninas – anteriormente educadas em casa e para o lar – puderam frequentar a escola, um dos fatores que estimulou a abertura de escolas para formação docente (escolas normais) em 1834. Da segunda metade ao fim do século XIX, escolas elementares e cursos normais foram abertos em diversas capitais do Brasil, acompanhando o aumento populacional, as mudanças político econômicas e a recente industrialização, que exigia uma escolarização mínima para a contratação de pessoas pelas fábricas. Nesse contexto, foi no fim dos anos 1800 que a educação de uma faixa etária até então esquecida começou a ter forma: a primeira infância, compreendida entre zero e 5 anos de idade (ARAGÃO & KREUTZ, 2010, p.27).

Segundo os autores supramencionados, nesse ambiente de transformações ocorridas na esfera social e econômica, além do exercício de novas ocupações, sobretudo por parte das mulheres, que os espaços destinados às crianças começaram a ser pensados. A inserção das mulheres no mercado de trabalho

contribuiu para que esse processo se iniciasse, uma vez que ao adentrar ao mercado de trabalho, as mulheres-mães necessitavam de um local para deixar seus filhos e suas filhas.

Além disso, de acordo com os mesmos autores, também ocorria, um processo migratório das populações rurais em direção aos grandes centros urbanos, acarretando um rompimento na rede de apoio familiar e dos vizinhos mais próximos, o que também fez com que as mulheres-mães necessitassem de um lugar para deixar os(as) filhos(as), assim, diante de tais circunstâncias foi trazida para o Brasil uma solução que já existia na França desde o século XVIII: as creches. De origem francesa, a palavra creche, e que significa manjedoura, para fins de cuidado crianças e dos bebês necessitados. Assim, com um caráter assistencialista, a creche cuidava das crianças para que as mães pobres pudessem trabalhar.

A primeira creche brasileira foi inaugurada em 1899, no Rio de Janeiro, destinada para os filhos e filhas dos(as) funcionários(as) da Fábrica de Tecidos Corcovado. Em 1901 foram inauguradas, em São Paulo, escolas maternais e creches agregadas a asilos para órfãos e que chegaram a dezoito unidades maternais e dezenove creches-asilo no ano de 1910 (ARAGÃO; KREUTZ, 2010).

Desse modo, fica nítida que a emergência das instituições destinadas às crianças, no Brasil, tinha foco na assistência, com pouca ou nenhuma função educacional, o que foi mudando com o passar dos anos, como passo a sinalizar no próximo item.

2.1.1 Parâmetros legais acerca da educação infantil no contexto brasileiro

O primeiro passo em relação à regulação e a regulamentação da Educação Infantil no Brasil, de acordo com Oliveira, Pétala e Vieira (2018), ocorreu em 1899, quando foi inaugurado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, que tinha como metas inspecionar e regulamentar a lactação e as condições de vida das crianças pobres entre outras questões, como, por exemplo, a alimentação, as vestimentas, a educação, a habitação e a instrução. A relevância da criação de tal

instituto se deu por conta da regulamentação para o funcionamento das instituições de atendimento às crianças, bem como, a fiscalização de tais estabelecimentos.

O segundo passo, em relação à normatização da Educação Infantil dentro da perspectiva brasileira, conforme os mesmos autores, ocorreu em 1919, com o surgimento do Departamento de Crianças do Brasil, cujo foco se dava não apenas na fiscalização das instituições de atendimento às crianças, mas no combate ao trabalho realizado de maneira precária pelas mães voluntárias, que cuidavam dos filhos e filhas das mães operárias.

Os avanços em relação à Educação Infantil, no Brasil, surgem quando diversos setores da sociedade, tanto os grupos ligados aos movimentos populares como o setor industrial, passaram a reivindicar creches e pré-escolas como um direito à educação das crianças de todas as camadas sociais, sem qualquer tipo de distinção e também, como parte das lutas dos movimentos feminista e de mulheres que passaram a reivindicar por uma instituição que acolhesse, cuidasse e educasse suas crianças quando elas estivessem no trabalho (OLIVEIRA; PÉTALA; VIEIRA, 2018).

De modo que, como primeira medida para regulamentar a educação desta faixa etária foi promulgada a Lei Federal nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, a qual estabelece que as crianças menores de 7 anos deveriam receber educação em escolas maternas ou jardins de infância. Cabe indicar que a lei susodita ficou conhecida como a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1961), dessa forma, com o advento de tal Lei, as empresas passaram a pensar sobre a oferta de atendimento educacional para os filhos e filhas das suas trabalhadoras, evidenciando mais uma vez, que as creches surgiram para o atendimento das necessidades das mães que precisavam trabalhar e, em segundo plano, para o amparo das crianças (OLIVEIRA; PÉTALA; VIEIRA, 2018).

Outro avanço no que tange à legislação para a educação infantil, dentro da realidade brasileira, é a Lei Federal 5.692 de 11 de agosto de 1971, considera como uma versão atualizada da LDB, 1961. Lei que explicita a implantação do antigo primeiro grau, com oito anos de duração, aborda também o atendimento às crianças situadas nos anos iniciais da educação infantil, pelos sistemas de ensino, em escolas maternas, jardins de infâncias ou estabelecimentos similares a estes (OLIVEIRA; PÉTALA; VIEIRA, 2018).

Já em meados dos anos 1980, pós o período de ditadura militar, o país passa por um processo de redemocratização e reconquista dos direitos inerentes à dignidade humana, tendo como o seu patamar mais elevado, a promulgação da Constituição Federal de 1988, que traz a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família, além de assegurar explicitamente o atendimento educacional às crianças de 0 a 6 anos de idade. Fazendo com que as creches que outrora eram tuteladas pela área de Assistência Social, passassem a ser coordenadas pelas políticas públicas de educação (OLIVEIRA; PÉTALA; VIEIRA, 2018).

Apenas a partir da promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988 que o atendimento institucional às crianças de zero a seis anos de idade, adquire tons e características educacionais e passa a ser percebido como um campo educativo, superando as visões assistencialistas, higienistas e sanitaristas de outrora, ainda que o reconhecimento não tenha ocorrido de um modo global, mas, sem dúvida, foi um dos maiores avanços relativos aos paradigmas legais acerca da educação infantil. Contudo, a universalização da educação infantil, particularmente para crianças de 0 a 3 anos, ainda continua um desafio e está longe de ser alcançada. A Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE), vigência 2014-2024, é relativa à educação infantil, qual seja “Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em Creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE” (BRASIL, 2014).

Segundo dados do Observatório do PNE, ainda estamos longe de atingir essa meta. No tocante ao objetivo 1, “Matricular todas as crianças de 4 a 5 anos na Pré-Escola até 2016”, o resultado parcial é que “em 2018, 93,8% das crianças nessa faixa estavam na escola. Desafios: Os 6,2% restantes representam crianças em situações de vulnerabilidade social”. Referente ao objetivo 2 “atendimento de 50% dos menores de 3 anos e 11 meses na Creche até 2024”, os resultados parciais apontam que apenas “35,6% das crianças dessa faixa etária eram atendidas em Creches em 2018” (OBSERVATÓRIO DO PNE, 2019)³. Ou seja, é preciso investimento de diversas ordens para que as crianças de 0 a 6 anos tenham acesso

³ Dados disponíveis em: <https://www.observatoriodopne.org.br/indicadores/metas/1-educacao-infantil/indicadores>. Acesso em 04-03-2020.

e permanência à educação infantil, o que aponta que apesar das mudanças históricas relativas a essa etapa da educação básica, ainda teremos um longo caminho a percorrer.

Como já explicitado, a Educação infantil tem se caracterizado como um espaço de atuação majoritária de mulheres. Cabe ressaltar que apenas a partir da CF foi instituído o concurso público como maneira de se adentrar ao serviço público, seja na esfera municipal, estadual ou federal, o que possibilitou aos homens, o ingresso como profissionais para atuar na educação infantil, desde que possuam a qualificação mínima exigida para o cargo, conforme a Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Todavia, essa garantia Legal não se implementa, necessariamente, nas instituições educativas. Entre outros fatores, porque, como já foi dito, a educação das crianças foi se constituindo como algo de mulheres, ou seja, é preciso mudar aspectos da cultura atravessada por marcadores de gênero, conforme abordo na próxima seção.

2.2 A Pedagogia e as relações de gênero

De acordo com o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, o termo gênero significa o “conjunto de propriedades atribuídas social e culturalmente em relação ao sexo dos indivíduos”. Todavia, essa definição é muito simplória e não comporta a complexidade conceitual do gênero. As discussões sobre o conceito, bem como, as relações de gênero, surgiram a partir dos movimentos feministas ocidentais, em meados do século XIX. É sensato afirmar que anteriormente existiram alguns levantes isolados ou coletivos contra a opressão as mulheres, mas é a partir do século XIX, que o feminismo surge de um modo organizado (LOURO, 1997).

De acordo com os estudos feministas, gênero se caracteriza como a construção das masculinidades e feminilidades a partir de padrões ou regras arbitrários, estabelecidos por uma sociedade que define os comportamentos, os modos relacionais e as maneiras de se vestir, as escolhas sentimentais, pessoais e até profissionais (LOURO, 1997) separadamente para homens e para mulheres.

De acordo com Pereira, Ribeiro e Pontes (2014), gênero se configura como uma categoria de análise capaz de encarar as relações sociais de poder e que por

muitas vezes inferioriza as mulheres em relação aos homens, ratificando uma heteronormatividade, como único caminho para a formatação das identidades. As definições de gênero, de acordo com os ditos supramencionados, tanto por Louro (1997) como por Pereira, Ribeiro e Pontes (2014), não referem-se às questões biológicas, mas aos aspectos sociais, ou seja às imposições sociais exercidas nos indivíduos a partir das sexualidades biológicas, a partir dos seres naturais, as construções sociais vão se cristalizando e se tornando “naturalizadas”, delineando as possibilidades, de cada indivíduo, a partir das questões de gênero.

De modo que, as concepções e os significados acerca das questões de gênero são inúmeros e não se esgotam, como podemos perceber no trecho a seguir:

Na cultura androcêntrica e na sociedade patriarcal, é uma estrutura de dominação simbólica, materializada na organização social e nos corpos, resultante de um processo de construção sociocultural com base nas diferenças sexuais percebidas. Implica relação (masculino x feminino), dicotomia, assimetria, desigualdade, polarização e hierarquia. Determina identidades, qualidades e desigualmente atribuídos a homens e mulheres, a práticas sociais e a objetos culturais (por exemplo as cores rosa e azul). No nível individual, o gênero corresponde a jeito de ser/parecer. Nas relações sociais constitui uma estrutura de dominação masculina, baseada na atribuição de valores diferenciados ao que se denomina masculino em relação ao que se denomina feminino. Logo, relações de gênero são relações de poder em que o princípio masculino é tomado como parâmetro universal, Exemplos de como as relações de poder de gênero afetam homens e mulheres: o homem forte vale mais que o homem frágil; uma mulher de opinião não é feminina; uma mãe vale mais que uma mulher que opta em não ser mãe, assim como mulheres casadas são mais valorizadas que mulheres solteiras; assuntos masculinos são mais importantes que assuntos femininos [...] (CARVALHO; ANDRADE; JUNQUEIRA, 2009. p.18-19)

Destarte, creio que as concepções mencionadas são deveras substanciais para que as definições de gênero, abarcadas nesse trabalho, possam ser compreendidas, bem como, as suas relações com a atividade docente, em especial a função de pedagogo na Educação Infantil. Após a compreensão acerca das questões de gênero e de uma verificação do contexto histórico acerca do atendimento institucional às crianças, em especial a realidade brasileira, é percebível que tal atendimento sempre foi embasado nas questões do cuidado, da higiene, do afeto, da maternagem, e que tais atividades sempre foram entendidas como intrínsecas ao suposto “universo feminino”, o que trouxe uma concepção de

que tal educação seria uma extensão dos afazeres domésticos, profundamente ligado às mulheres (CASTRO; SANTOS, 2016).

De maneira que, posso afirmar que as relações de gênero delimitam inúmeros espaços das vidas dos indivíduos, seja na esfera profissional, pessoal, sentimental ou acadêmica, ou seja, é a partir das concepções e das construções sociais que nós vamos sendo moldados(as), escolhendo os nossos caminhos dentro de uma realidade mais ou menos pronta, na qual o gênero direciona as possibilidades (CASTRO; SANTOS, 2016).

Mas, quais as conexões entre a profissão de pedagogo e as relações de gênero? Todo o trajeto da Educação Infantil, sobretudo na realidade brasileira tem sido, explicitamente, marcado por características inerentes aos cuidados, desde a alimentação e a higiene entre outras situações de auxílio às crianças, e que tais características sempre estiveram profundamente imbricadas às qualidades femininas.

De forma que as relações de gênero são abarcadas em tais afirmativas e na maneira de pensar sobre elas, quando delimitamos alguns modos de agir e de se comportar para um determinado gênero, estamos tratando das questões de gênero, está se explicitando e especificando aquilo que cada indivíduo pode ou não escolher a partir de seu gênero, como em um caminho pré-moldado como uma estrada predefinida. Destarte, fica nítido que as relações de gênero são parte constituinte das identidades dos sujeitos. Segundo Louro:

Ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito (assim como a etnia, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo), pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho dos papéis, a ideia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o. O sujeito é brasileiro, negro, homem, etc. Nessa perspectiva admite-se que as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também constituintes dos gêneros. Estas práticas e instituições “fabricam” os sujeitos. Busca-se compreender que a justiça, a igreja, as práticas educativas ou de governo, a política, etc. São atravessadas pelos gêneros: essas instâncias, práticas ou espaços sociais são “generificados”, produzem-se ou “engendram-se”, a partir das relações de gênero (mas não apenas a partir dessas relações, e sim, também das relações de classe, étnicas, etc.) (LOURO, 1997. p. 14-36).

Desse modo, quando propago sobre os aspectos da Educação Infantil e de seu paradigma feminino, falo das coisas relativas aos gêneros, pois a Educação

Infantil, até a hodierna realidade, apesar dos grandiosos avanços, sobretudo no tocante aos preceitos legais e uma maior abrangência, continua sendo uma atividade executada em uma maioria quase que integral, por mulheres. Conforme a citação de Louro, há resquício de uma sociedade que modela, delimita as possibilidades de um indivíduo a partir das relações de gênero.

É na infância que ocorrem os primeiros processos de ensino-aprendizagem, bem como, a transmissão de alguns valores existentes no contexto social, e que variam conforme a origem social da criança e da sociedade em que esta se encontra inserida. É na infância que as primeiras noções acerca de gênero são apreendidas (MIRANDA, 2017).

Aprendemos, desde muito cedo, que existem dois universos: um masculino e outro feminino e que esses só podem ser acessados por meninos ou por meninas, respectivamente. Há brinquedos e brincadeiras de meninos e outros de meninas. Enfim, somos socializados como sujeitos de gênero desde a infância pelas diferentes instâncias da vida social. A escola é uma das instituições em que tais aprendizagens de gênero são marcadas e fortes entre essas aprendizagens está uma que passa quase despercebida: a atuação das professoras mulheres na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Os estudos feministas nos oportunizam vastos conhecimentos acerca das relações de gênero e das desigualdades entre homens e mulheres e sobre como a educação pode contribuir para reproduzir ou transformar essas desigualdades. Compreendo que a pouca participação de homens na Educação Infantil ocorre porque todos(as) nós somos ensinados desde cedo os lugares permitidos de atuação de homens e de mulheres e que não cabe aos homens a atuação na educação infantil. Esses processos são, pois, processos educativos de gênero, ensinados por todas as instituições educativas, entre as quais, a escola (MIRANDA, 2017.p 15).

Portanto, concernentes com a palavra da citação de Miranda, tais representações sociais “cristalizadas” não podem se configurar como “naturais”, não devem ser fatores determinantes, daquilo que cada indivíduo tenha anseio ou a necessidade de fazer, independentemente de suas origens, orientação sexual, tampouco da identidade de gênero. As profissões devem ser compreendidas, entre as quais, a função de pedagogo, como um emaranhado de conhecimentos específicos acerca de um fazer, e que pra se executar tal atividade, seja necessária tão somente a habilidade e a capacidade técnica pra tanto, e que as demais questões são irrelevantes.

Historicamente, a sociedade faz investimentos distintos no processo constitutivo de meninos e meninas, dos homens e das mulheres. Desde a mais tenra

infância, é possível identificar quais são os brinquedos, as brincadeiras, as cores, as condutas e os comportamentos “sensatos” e permitidos para garotos e garotas. Dentro desse contexto, os processos de “fabricação” dos sujeitos são permeados pelas relações de gênero, que correspondem ao conjunto de representações culturais e sociais, “naturalizados” no decorrer da história, e que delegam condutas, significados, símbolos e distinções para cada um dos sexos (LOURO, 1997, apud CASTRO; SANTOS, 2016).

Não nascemos homens ou mulheres, somos constituídos como tal, parafraseando os clássicos ditos de Simone de Beauvoir (1980), mencionada por Castro e Santos (2016) que implica em dizer que, nós, como seres construídos socialmente, somos moldados por intermédio das relações de gênero, relações que corroboram para o nosso processo de formação comportamental e de escolhas, bem como, as escolhas dos percursos profissionais, como por exemplo a escolha pela graduação de Pedagogia.

Quando considero as relações de gênero como construções sociais, percebo que o conjunto de características dadas como “intrinsecamente” femininas ou masculinas, relacionam-se diretamente com a formação em Pedagogia. O que delimita tal curso como um espaço de formação majoritariamente feminino, ratificado pelos discursos sociais e culturais de que as funções do cuidar e do educar são atributos inerentes e específicos ao universo feminino (CASTRO; SANTOS, 2016).

Vislumbrando todo esse contexto de feminização, seja do atendimento institucional às crianças, bem como, do curso de Pedagogia, a presença de homens na graduação em Pedagogia, pode ser percebida como um ato de resistência e de quebra de paradigmas, rompendo com os discursos sociais e culturais que ainda existem e permeiam as nossas vidas, instituindo a docência como uma função e profissão femininas (CASTRO; SANTOS, 2016).

Destarte, a inserção dos homens nos cursos de Pedagogia, bem como, nos espaços de Educação Infantil, se configuram como um modelo benéfico de resistência, haja vista que põe em xeque todo o discurso histórico acerca da feminização da atividade docente, bem como todas as “resoluções” sociais e culturais ainda existentes e resistentes, em nossa realidade hodierna. Uma inserção que ao mesmo tempo em que se impõe como resistência, visa mostrar para toda

uma sociedade que para que um indivíduo possa exercer uma determinada função social, o fator preponderante é a capacitação para tal, e não a questão de gênero ou da orientação sexual (CASTRO; SANTOS, 2016).

2.3 As distintas masculinidades

Sabendo que as concepções de gênero são uma dominação simbólica e que se materializam nos corpos e nas organizações, determinando os modos de ação e de relação embasados em uma visão heteronormativa (que é tomar a heterossexualidade como regra, como “o normal”) privilegiando o masculino e o utilizando como parâmetro para a aferição dos demais e em detrimento destes (CARVALHO; ANDRADE; JUNQUEIRA, 2009).

Posso afirmar que os estudantes homens do curso de Pedagogia, bem como, os pedagogos que atuam na Educação Infantil, rompem os paradigmas das relações de gênero, por praticarem atividades socialmente e culturalmente conexas ao “universo feminino”. E em decorrência dessa quebra das regras sociais, podem ter as suas masculinidades questionadas numa analogia com a masculinidade predefinida socialmente, dentro de uma perspectiva heteronormativa (CARVALHO; ANDRADE; JUNQUEIRA, 2009).

De maneira que me faz refletir acerca da masculinidade e das masculinidades, ou seja, daquilo que se compreende como inerente ao “universo masculino”, das práticas culturalmente aceitas, das profissões, do modo de se vestir, de falar, de ser alguém do gênero masculino, de acordo com a citação abaixo:

Portanto, o conceito proposto por Connell define masculinidade como sendo uma configuração de prática (coisas feitas, não apenas uma série de expectativas de papéis ou uma identidade) em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero, geralmente com mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade. Dentre as diversas masculinidades, existiria uma que se apresentaria como sua forma “hegemônica”, aquela que corresponderia a um ideal cultural de masculinidade. A forma mais honrada de ser um homem exigiria que todos os outros homens se posicionassem em relação a ela, legitimando ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens (CONNELL, 1995 *apud* SANTOS; DETONI; NOVAIS, 2019, p. 263).

De modo tal, compreendo que a masculinidade hegemônica faz menção a um modo de ser e parecer masculino valorizado por um determinado grupo, em detrimento de outras maneiras, modos e formas de expressões de masculinidades e feminilidade, a masculinidade hegemônica estabelece e determina a heterossexualidade como única possibilidade legítima, negando todas as manifestações da diversidade humana, seja de sexo ou de gênero (CARVALHO; ANDRADE; JUNQUEIRA, 2009).

Dentro de uma perspectiva da masculinidade hegemônica imbricada diretamente com o conceito de heteronormatividade (conjunto de valores, normas, regras, dispositivos e mecanismos definidores da heterossexualidade como a única e legítima e natural de expressão identitária, bem como, sexual). E vai além, a heteronormatividade se ampara na divisão binária dos corpos, macho e fêmea (CARVALHO; ANDRADE; JUNQUEIRA, 2009).

Posso compreender que as regras do jogo, as construções sociais, culturais, vão determinando uma naturalização das coisas, dos fatos, dos caminhos e que as pessoas que de algum modo ou maneira fogem de tais ditames socioculturais, não são enxergados de uma forma compreensiva e respeitosa. Ou seja, o estudante de Pedagogia e o pedagogo não se enquadram dentro do conceito de masculinidade hegemônica, pois estão envoltos em espaços marcadamente femininos (CARVALHO; ANDRADE; JUNQUEIRA, 2009).

Contudo, à luz dos ditos de Detoni, Santos e Novais (2019) diferentes manifestações das masculinidades existentes são tão somente uma forma de enfrentamento à masculinidade hegemônica e a heteronormatividade, numa tentativa de usufruir da vida da maneira mais adequada a cada indivíduo, ou tem por meta a imposição de novas masculinidades em detrimento da masculinidade hegemônica, conforme explicitado na citação a seguir:

Se é fato que ainda existe uma forma hegemônica de masculinidade, trata-se de refletirmos a respeito da seguinte questão: formas distintas de masculinidade, ao se contraporem à predominante, buscam ocupar tal posição hegemônica ou, será que o que pretendem é, sobretudo, reconhecimento como uma forma também legítima e possível de experimentar a masculinidade?[...] - questionam Fialho (2006) e Figueiroa-Perea (2013). Parece-nos, então, que o modelo de Connell pode ser reduzido a um modelo binário, em que teríamos as masculinidades hegemônicas e as não-hegemônicas (subalternas) (DETONI; SANTOS; NOVAIS, 2019. p. 264).

Portanto, é percebível que a masculinidade hegemônica é sedimentada em uma série de ditames, bem como, preconceitos de toda a sorte, entre eles o sexismo, o racismo, a xenofobia, a homofobia, entre outros, pois tal masculinidade se baseia na concepção do homem viril, branco e detentor de muitas posses, e as masculinidades subalternas devem se configurar como uma tentativa de romper tais paradigmas sociais, embasados numa superioridade “naturalizada”, demonstrando outras de formas de masculinidades e de se viver a vida. Impactando as estruturas socioculturais, permitindo as diversidades e dirimindo os preconceitos, sem o intuito de substituir um padrão por outro ou outros (DETONI; SANTOS; NOVAIS, 2019).

Em suma, a luta por fazer dos espaços da Educação Infantil, espaços que passem do não-lugar para homens a espaços de atuação, seja do pedagogo em formação (no estágio em Educação Infantil), bem como do pedagogo (a docência efetivamente), é uma luta pela inserção dos homens, pelo rompimento dos paradigmas sociais, pela queda da masculinidade hegemônica e pela possibilidade de novas masculinidades existirem, sem que sejam elevadas a categoria de masculinidade padrão, mas, com o intuito de dirimir os preconceitos fomentados pela masculinidade hegemônica para todos e todas.

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento do trabalho, foi realizada uma pesquisa qualitativa desenvolvida, inicialmente, a partir de um levantamento bibliográfico, com o fito de levantar dados acerca da temática estudada e, posteriormente, com a aplicação de um questionário com estudantes homens do curso de graduação em Pedagogia, na Universidade Federal da Paraíba, UFPB, *Campus I*, na cidade de João Pessoa, que cursaram o Estágio em Educação Infantil, com o intuito de verificar a percepção desses estudantes acerca das possíveis dificuldades referentes à realização do estágio supervisionado

Trata-se, portanto, de uma pesquisa de campo que, à luz dos ditos de Marconi e Lakatos (1991), objetiva a aquisição de informações, através da pesquisa bibliográfica acerca da temática, da observação, coleta de dados e análise (HORTA, 1991 apud MARCONI; LAKATOS, 2013).

A coleta de dados foi realizada presencialmente na respectiva instituição, executada por intermédio de um questionário semiestruturado, direcionado por um roteiro previamente elaborado (apêndice 1) contendo questões abertas e que propiciaram uma ampla liberdade na composição das respostas. Conforme a citação de Gil (2008, p. 121), os questionários se classificam:

“[...] como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc” Gil, 2008. p. 121).

O questionário foi aplicado individualmente com estudantes homens do curso de Pedagogia do *Campus I* da UFPB, na cidade de João Pessoa. Para encontrar os estudantes, passei em sala de aula convidando para participação na pesquisa. Após serem convidados, em um primeiro momento foi explicitado acerca da pesquisa e questionado àqueles que cursaram a disciplina de Estágio em Educação Infantil. Em um segundo momento, foi entregue, aos estudantes que concordaram em participar,

o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e, posteriormente, os questionários.

O questionário consistiu em sete questões referentes a dados sociodemográficos (idade, cor, estado civil, orientação sexual, período de curso, atividade profissional exercida e se os participantes possuem filhos) e nove questões abertas (referentes ao processo de Estágio Supervisionado em Educação Infantil e dos possíveis impactos durante sua realização). Cabe destacar que, para a realização da pesquisa, encontrei algumas dificuldades e uma delas foi o impedimento da realização da pesquisa em salas de aulas, em virtude da negação de acesso a esses espaços por parte de alguns docentes.

Dessa maneira, para um maior aprofundamento da temática, os dados e resultados das análises, se encontram elencados no capítulo a seguir.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

Nesta parte do trabalho, apresento os resultados dos questionários em análise com o referencial teórico explicitado, conforme passo a pormenorizar a seguir.

4.1 Perfil dos pesquisados

Atualmente, o curso de Pedagogia da UFPB, *Campus I*, funciona nos três turnos. O respectivo curso possui um total de 164 alunos do sexo masculino (ALVES, 2019) e, desse total, foram aplicados os questionários com 10 homens. Para a análise dos dados, os nomes dos participantes foram alterados por nomes fictícios, em virtude da manutenção do sigilo: Pedro, Walter, Severino, Tiago, Ricardo, João, Augustus, Caio, Lucas e Joseph.

As informações sociodemográficas foram apresentadas nos gráficos a seguir:

Gráfico 1 Raça/cor

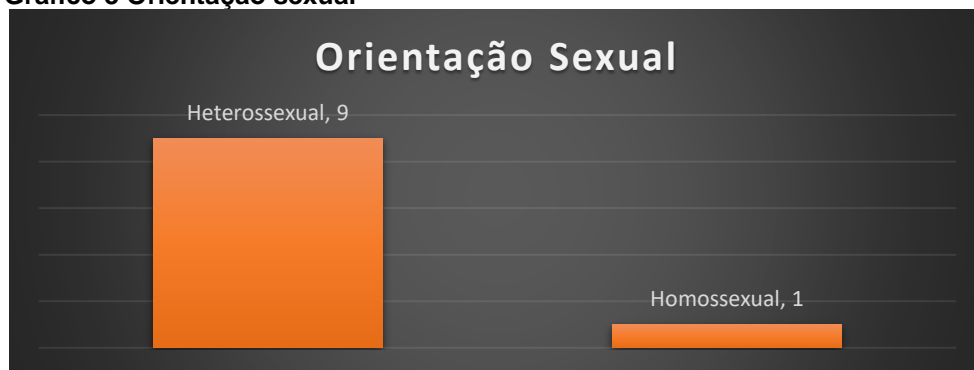


Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Gráfico 2 Estado civil



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Gráfico 3 Orientação sexual

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Gráfico 4 Quantidade de filhos

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

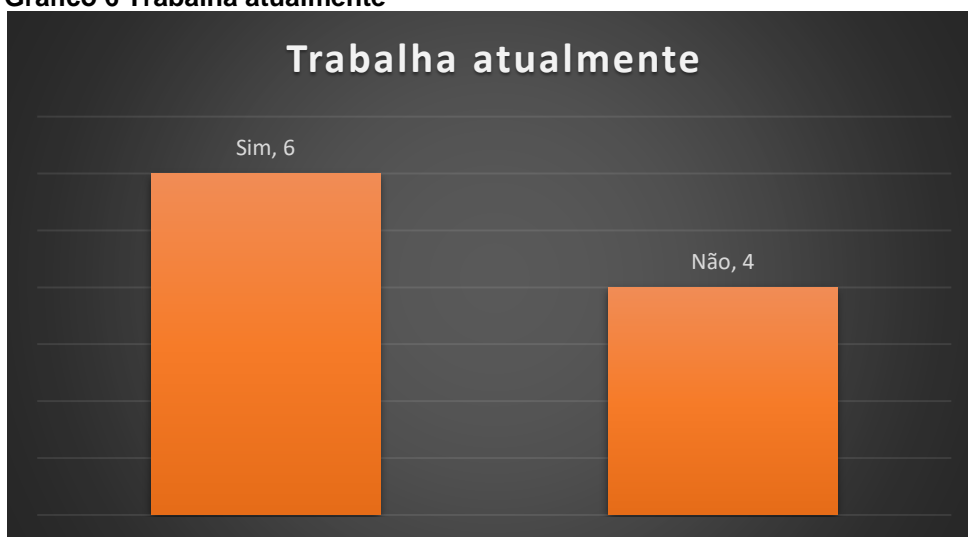
O perfil apresentado pelos questionários indica que os participantes desta pesquisa são assim caracterizados e autodeclarados: 4 brancos, 3 negros e 3 pardos; sendo 6 casados e 4 solteiros; 4 possuem filhos e 4 não possuem filhos; 9 heterossexuais e 1 homossexual.

Cabe destacar que os questionários foram aplicados apenas com alunos que cursam a partir do sexto período do Curso, em virtude de termos como critério de inclusão ter cursado a disciplina de Estágio Supervisionado II em Educação Infantil, conforme informado no gráfico a seguir:

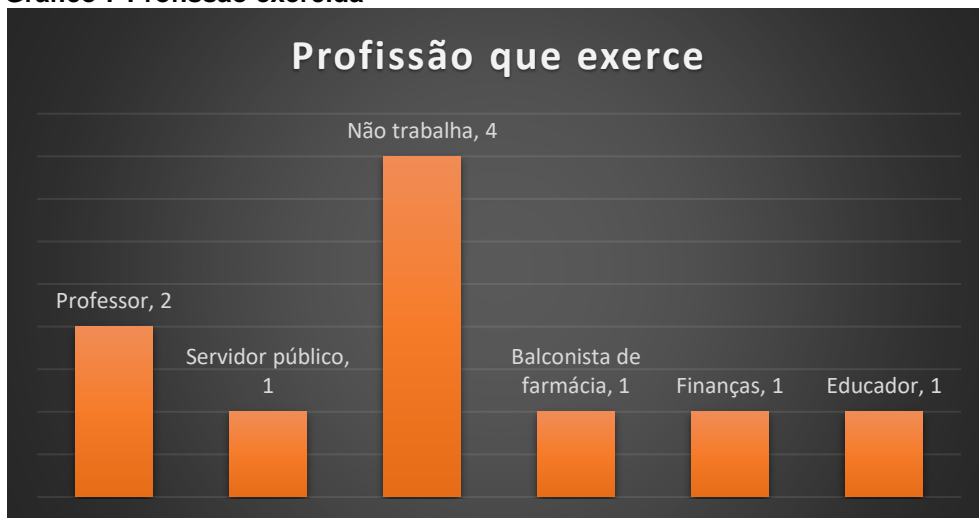
Gráfico 5 Período do curso

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Com base nos resultados, foi possível perceber que 6 dos 10 entrevistados exercem atividade remunerada, dois como professor, um educador, um balconista de farmácia, um servidor público e um em finanças, conforme nos gráficos a seguir:

Gráfico 6 Trabalha atualmente

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Gráfico 7 Profissão exercida

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

No tocante à faixa etária, a idade dos entrevistados varia entre 20 e 54 anos, conforme quadro 01:

Quadro 1: Idade dos pesquisados

IDADE DOS PARTICIPANTES	QUANTIDADE
20	1
22	2
25	1
31	1
42	1
47	1
50	1
54	2

Fonte: Levantamento da pesquisa, 2020.

Em relação ao questionário específico, a primeira questão se refere à escolha do curso, indagando se a Pedagogia foi ou não a primeira opção. Como resultados, temos o seguinte: quatro pesquisados informaram que a Pedagogia foi a sua primeira opção e seis informaram que a Pedagogia não foi a sua primeira opção, sendo que destes seis, quatro são graduados em outras áreas, e que são: Filosofia, Psicopedagogia e Bacharelado e Licenciatura em Geografia, um dos graduados não mencionou a sua formação anterior.

Entre os que mencionaram a escolha pela graduação de Pedagogia, um afirma ter escolhido o curso por gostar da graduação, outro afirma que escolheu por curiosidade em conhecer a educação, um outro afirma que sempre foi a primeira opção embora não cite o motivo, por fim um dos graduandos afirma ter escolhido a Pedagogia por uma identificação familiar com a área, apesar de ter passado para outras graduações.

Tais respostas demonstram que estes alunos optaram por Pedagogia a partir de uma relação afetiva, ou seja, por gostarem do Curso, bem como, por uma relação de convivência com a área, por possuírem familiares envolvidos com a Pedagogia. Conforme os ditos de Lobo, Nunes e Almeida:

Diversos estudos visam compreender a lógica das escolhas profissionais de docentes em exercício, e o porquê da permanência na profissão. Vários constataam que as motivações para o ingresso no campo do magistério permanecem no campo dos valores altruístas e da realização pessoal, estando fortemente ancoradas na imagem de si e na experiência cotidiana, a saber: o dom e a vocação, o desejo de ensinar, o amor (pelas crianças, pelo outro, pela profissão, pelo saber [...]) (LOBO; NUNES; ALMEIDA, 2010. p. 448).

As respostas dos estudantes foram registradas no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2: Respostas dos entrevistados referentes a primeira pergunta específica.

PERGUNTA	PARTICIPANTE	RESPOSTAS
1- O curso de Pedagogia foi a sua primeira opção? Comente	" Pedro"	" Foi minha primeira e segunda, sempre gostei desse curso".
	"Walter"	"Sim, foi. A escolha do curso se deu a partir da minha curiosidade sobre a educação, de compreender como se organiza a educação escolar".
	"Tiago"	"Sim, quando prestei ENEM, a primeira opção foi Pedagogia, embora não tenha passado na primeira chamada, que passei para matemática. Na segunda chamada eu fui chamado para o curso de Pedagogia".
	"Ricardo"	"Sim, Toda a minha família tem uma aproximação com a área educacional. Meu avô e minha mãe, por exemplo, são formados em Pedagogia pela UFPB. Embora eu tenha obtido aprovação em outros cursos, foi fácil escolher a Pedagogia."

Fonte: Levantamento da pesquisa. Novembro 2019.

Por outro lado, seis alunos informaram que a graduação em Pedagogia não foi à primeira opção, um aluno ratifica que a sua primeira opção era a Licenciatura em Língua Portuguesa, mas que por conta da nota insuficiente, não pôde cursar, e

que por conta disso resolveu iniciar a graduação em Pedagogia. Os demais são todos graduados, três afirmaram ter optado por Pedagogia para complementar e aprimorar as suas áreas de atuação (Filosofia, Geografia, Psicopedagogia), um disse ter optado pelo curso por influência de sua esposa, que é pedagoga, mas não informou qual sua formação anterior.

Tais explicitações demonstram que os alunos compreendem a graduação em Pedagogia como uma possibilidade de ampliação dos conhecimentos já adquiridos em graduações anteriores, como uma maneira de se preparar com maior profundidade, adquirindo os saberes necessários a prática docente. Conforme argumenta Pimenta:

Nas práticas docentes estão contidos elementos extremamente importantes, como a problematização, a intencionalidade para encontrar soluções, a experimentação metodológica, o enfrentamento de situações de ensino complexas, as temáticas mais radicais, mais ricas e mais sugestivas de uma didática inovadora [...] (PIMENTA, 1999. p. 27).

As respostas dos estudantes que não escolheram a Pedagogia como primeira opção são registradas a seguir.

Quadro 3: Respostas dos entrevistados referentes a primeira pergunta específica.

PERGUNTA	PARTICIPANTE	RESPOSTAS
1- O curso de Pedagogia foi a sua primeira opção? Comente	"Severino"	"Não. Havia feito Filosofia, optei por Pedagogia porque complementa a minha docência. "
	"João"	"Não, faço Pedagogia para aprimorar os conhecimentos, que possibilitem melhoras no desempenho das minhas aulas. Sou licenciado e bacharel em Geografia".
	"Lucas"	" Não, minha primeira opção foi o curso de Letras (Português), mas como não obtive nota suficiente para o curso, passei na segunda opção que foi Pedagogia".
	"Augustus"	" Não, primeira opção seria psicologia. Porém precisava trabalhar para me manter e não podia esperar assistência estudantil".
	"Joseph"	" O curso de pedagogia é minha segunda graduação. A escolha se deu em influência da minha esposa que é pedagoga".
	"Caio"	" Não, já sou formado em Psicopedagogia. Iniciei o curso de Pedagogia para aprofundamento e pela busca de novos saberes".

Fonte: Levantamento da pesquisa. Novembro 2019.

4.2 Desafios no decorrer do estágio pelos estudantes homens

No que se refere às dificuldades encontradas pelos estudantes homens, no decorrer do estágio, um dos estudantes entrevistados afirmou que encontrou dificuldades por conta da desvalorização dos homens que atuam na Educação Infantil. Dois entrevistados mencionaram que a dificuldade de inserção na Educação Infantil é o principal desafio para a prática das atividades relativas ao estágio, bem como, para a inserção no mercado de trabalho. Tais respostas demonstram que, apesar de alguns avanços, a inserção de homens na Educação Infantil ainda suscita estranhamento nos espaços escolares, pelo fato de que tal área da educação ainda é percebida como algo inerente às mulheres. Conforme afirma Sayão (2005) mencionada por Silva (2014):

São evidentes os preconceitos e estigmas originários de ideias que veem a profissão como eminentemente feminina porque lida diretamente com os cuidados corporais de meninos e meninas. [...] Os cuidados com o corpo foram atributos das mulheres, a proximidade entre um homem lidando com o corpo de meninos e/ou meninas de pouca idade provoca conflitos (SAYÃO, 2005 apud SILVA, 2014. p. 15).

Um participante mencionou a incongruência de alguns professores (docentes da graduação em Pedagogia, bem como, os supervisores do estágio) como dificuldade para os processos de estágio e da formação docente. Outro afirmou que sua principal dificuldade durante a graduação foi à inserção nas atividades de extensão, pois, de acordo com ele, não são acessíveis aos alunos do turno da noite. Por fim, um dos entrevistados disse não ter sentido nenhum tipo de preconceito, cerceamento de alguma atividade ou situação vexatória por conta de ser homem e, eu acrescentaria que podemos dizer o mesmo em relação às mulheres. O que mostra que, por vezes, a naturalização dos preconceitos faz com que situações explícitas ou veladas de práticas preconceituosas não sejam percebidas como tal. Conforme os ditos de Hirata; Kergoat (2007) *apud* Monteiro & Altmann (2014):

Na perspectiva da ideologia naturalizadora, dois princípios organizadores atuam: o princípio da separação, que considera a existência de trabalhos de homens e trabalhos de mulheres; e o princípio de hierárquico, segundo o qual trabalho exercido por homens tem valor maior que o trabalho exercido

por mulheres. As práticas sociais, dessa forma, são reduzidas a papéis sociais sexuais, que limitam o gênero ao sexo biológico (HIRATA; KERGOAT *apud* MONTEIRO, ALTMAN, 2014. p. 724).

Quadro 4: Respostas dos entrevistados referentes a segunda pergunta específica.

PERGUNTA	PARTICIPANTE	RESPOSTAS
2- Quais as dificuldades que você encontrou no curso até o momento? Você atribui alguma(s) dessas dificuldades ao fato de ser homem? Comente.	" Pedro "	"Encontrei algumas relacionadas ao estágio, pois, nunca o homem é valorizado nessa área".
	"Walter"	"Sim, a inserção profissional vem sendo uma das principais dificuldades que encontro no curso. Por ser homem sinto que a dificuldade é ainda maior para se inserir no mercado de trabalho".
	"João"	" Ação contraditória de alguns professores que pregam inovações educacionais no curso, e nas práticas avaliativas permanecem no tradicionalismo e de forma particular no autoritarismo".
	"Caio"	" Não consegui perceber alguma dificuldade no curso por ser homem, algumas situações ocorreram com outros colegas".
	"Joseph"	" Nenhuma dificuldade relacionada no sexo, as dificuldades por mim encontradas foram ao longo do curso relacionados a participação de eventos e projetos tendo em vista que tais atividades são sempre durante o dia, quem trabalha não tem como participar".

Fonte: Levantamento da pesquisa. Novembro 2019.

Os quadros 4 e 5 destacam as respostas dos entrevistados acerca das dificuldades durante o percurso da graduação em Pedagogia. Um dos participantes destacou as atividades acadêmicas, entre elas a leitura, outro aluno afirmou não ter encontrado nenhum tipo de dificuldade no trajeto formativo, bem como no Estágio em Educação Infantil, e que foi bem aceito, inclusive pelas crianças. Outros três reafirmaram as dificuldades de inserção no estágio e mercado de trabalho como as principais dificuldades do curso. O que demonstra mais uma vez, a persistência do preconceito inerente aos homens na Educação Infantil.

Quadro 5: Respostas dos entrevistados referentes a segunda pergunta específica.

PERGUNTA	PARTICIPANTE	RESPOSTAS
2- Quais as dificuldades que você encontrou no curso até o momento? Você atribui alguma(s) dessas dificuldades ao fato de ser homem? Comente.	"Severino"	"A nível de relacionamento ou interação. Não tenho nenhuma dificuldade, O difícil é somente conciliar as leituras solicitadas com as outras atividades."
	"Tiago"	"Bem, até agora não encontrei dificuldade alguma, pelo contrário, estou me surpreendendo nos estágios pelo fato de as crianças me aceitarem abertamente, sem nenhum preconceito".
	"Augustus"	"No curso em si não, porém, no mercado de trabalho é muito difícil se inserir".

Fonte: Levantamento da pesquisa. Novembro 2019.

Quadro 6: Respostas dos entrevistados referentes a segunda pergunta específica.

PERGUNTA	PARTICIPANTE	RESPOSTAS
2- Quais as dificuldades que você encontrou no curso até o momento? Você atribui alguma(s) dessas dificuldades ao fato de ser homem? Comente.	"Lucas"	"Dificuldades com relação a oportunidades de estágio na área de graduação, a ocorrência com um público composto em sua maioria por mulheres, senão 90 % num mercado de trabalho que só reforça a profissão como destinada a mulheres e oportunidades de desenvolvimento em um olhar afetivo/ pedagógico para com os graduandos homens".

Fonte: Levantamento da pesquisa. Novembro 2019.

Os estudantes foram questionados se o curso de Pedagogia aborda questões de gênero. Para essa questão, apenas um estudante respondeu negativamente.

Gráfico 8 Se aborda conteúdos de gênero

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

O gráfico 8, bem como os quadros 7 e 8 retratam as respostas acerca do abordagem das questões de gênero na graduação de Pedagogia, e que de acordo com um dos entrevistados a temática é abordada nas disciplinas de História da Educação, Sociologia da Educação, Filosofia da Educação, Currículo e Trabalho Pedagógico e Educação e Diversidade Cultural (disciplina mencionada quatro vezes pelos participantes quando se trata da abordagem das questões de gênero).

Levando em consideração que cada período da graduação possui, pelo menos, seis componentes curriculares é como se somente um período dos nove possíveis abordasse a temática, o que corrobora com a resposta do participante Ricardo, que afirmou que a graduação aborda as questões de gênero em poucos momentos.

Quadro 7: exemplos de respostas dos entrevistados referentes a terceira pergunta específica.

PERGUNTA	PARTICIPANTE	RESPOSTAS
3- Na sua opinião, o curso de Pedagogia aborda as questões de gênero? Comente (em quais componentes curriculares, eventos, outros momentos etc.)	"Walter"	"Sim, em História da Educação, Sociologia da Educação e Filosofia da Educação foram disciplinas que abordam a temática de gênero, apesar na perspectiva feminina".
	"Ricardo"	" Aborda em poucos momentos, nos componentes Educação e Diversidades Cultural, e na disciplina de Currículo".
	"Severino"	"Sim, especificamente na disciplina "Educação e diversidade cultural", e esporadicamente em outras."
	"Caio"	" Sim, aborda na disciplina Diversidade cultural".

Fonte: Levantamento da pesquisa. Novembro 2019.

Quadro 8: exemplo de resposta de um entrevistado referente a terceira pergunta específica.

PERGUNTA	PARTICIPANTE	RESPOSTAS
3- Na sua opinião, o curso de Pedagogia aborda as questões de gênero? Comente (em quais componentes curriculares, eventos, outros momentos etc.)	"Joseph"	" Na minha opinião, não se aborda no curso de Pedagogia essa questão de gênero".

Fonte: Levantamento da pesquisa. Novembro 2019.

Em se tratando da opinião dos participantes da entrevista acerca da atuação de homens na Educação Infantil, bem como do anseio, dos entrevistados em atuar na Educação Infantil, são destacados nos quadros 9 e 10. Um entrevistado afirma que a atuação de homens na Educação Infantil é válida, mas que a contratação em tal área é muito difícil, outro traz à baila as dificuldades ainda existentes no que tange à inserção dos homens em tal área educacional, outro afirma que a atuação de homens na Educação Infantil desmistifica a ideia de que essa área é destinada em especial às mulheres. Outro afirma que a atuação de homens na Educação Infantil ainda é muito escassa. Dois alunos participantes da pesquisa apontam o desejo de atuarem na Educação Infantil, o que segundo Sayão (2005) *apud* Silva (2014),

aumentará as possibilidades de inserção e de permanência dos homens na Educação Infantil entre outros benefícios:

Quando maior o envolvimento dos homens na Educação Infantil, aumentará a opção de carreira para eles, contribuindo para que se desfizesse a imagem de que esta etapa da educação básica é um trabalho apenas para mulheres, alterando, dessa maneira a imagem da profissão e quem sabe melhorando, significativamente os salários e o status da carreira (SAYÃO, 2005 apud SILVA, 2014, p. 16).

Quadro 9: exemplos de respostas dos entrevistados referentes a quarta pergunta específica.

PERGUNTA	PARTICIPANTE	RESPOSTAS
4- O que você acha da atuação de homens pedagogos na Educação Infantil? Você deseja trabalhar nesta etapa de escolarização? Explique sua resposta.	"Pedro"	"Acho muito válido, mas acho difícil ser contratado nessa área".
	"Walter"	"Acredito que os homens encontram dificuldades de trabalhar na Educação infantil pela questão de ser homem, mas penso que sim os homens têm espaço nesta etapa educacional, apesar que não pretendo trabalhar/atuar nesta etapa".
	"Tiago"	"Eu acho importante, pois, desmistifica que a educação infantil é fundamental e composta apenas por mulheres."
	"João"	"Durante o estágio que fiz no CREI percebi a quase escassa participação masculina nesse nível de ensino. Desejo sim, muito embora sinto que terei trabalho dobrado. O trabalho com essa faixa etária é emocionante e cativador."
	"Augustus"	"Para ser um pedagogo você precisa ter a formação necessária, independente do gênero. Eu tenho vontade de atuar, porém existe o preconceito por ser homem".

Fonte: Levantamento da pesquisa. Novembro 2019.

Quadro 10: Exemplos de respostas referentes a quinta pergunta específica.

PERGUNTA	PARTICIPANTE	RESPOSTAS
5- Comente sua experiência no Estágio em Educação Infantil: você realizou todas as atividades planejadas? Houve alguma situação adversa pelo fato de você ser homem?	"Severino"	"Realizei todas as atividades planejadas. Não houve nenhuma situação adversa."
	"Tiago"	"No estágio infantil, tive boa receptividade, tanto por parte dos professores, quanto por parte das crianças. Todas as atividades desempenhadas na sala de atividades foram planejadas, tendo por base a BNCC. "
	"Ricardo"	"Sim, consegui desenvolver todas as atividades. Não tive nenhuma dificuldade, mas é importante salientar que a instituição em que fiquei era a mesma em que minha mãe trabalhava, ou seja, ela fez a ponte entre mim e a instituição, o que muito provavelmente facilitou a minha chegada."
	"João"	"Conseguir realizar todas, no entanto, durante as aplicações sempre fazia as alterações necessárias. Muito ao contrário do que pensei, fui realmente bem recebido e acolhido pelas crianças."

Fonte: Levantamento da pesquisa. Novembro 2019.

Com relação aos questionamentos acerca das experiências do estágio em Educação Infantil, se as atividades planejadas foram todas executadas, bem como, se houve alguma situação adversa pelo fato de ser homem, as respostas, se encontram nos quadros 10 e 11. De acordo com os informes dos quadros mencionados anteriormente, quatro dos alunos entrevistados, disseram ter cumprido todas as atividades relativas ao estágio, e sem qualquer tipo de situação vexatória ou preconceituosa.

Porém, os demais entrevistados afirmaram que sentiram olhares estranhos em relação ao afeto demonstrado para com as crianças, bem como, quando na hora das atividades de cuidado, como, por exemplo, a hora do banho e a hora da soneca. Mais uma vez, demonstrando que tais atividades ainda são relacionadas como algo relativo às mulheres, e que não se enquadram dentro de características masculinas dentro de uma perspectiva da masculinidade hegemônica, conforme mencionam Pereira, Pontes e Ribeiro (2014):

O homem vive as emoções de forma diferente da mulher, sublimando seus sentimentos, pois se em algum momento isto vier a ocorrer inversamente, ele estará fugindo do modelo de uma tonalidade de masculinidade heterossexual que lhe foi concebida socialmente [...]. É ele quem detém o poder sociopolítico e econômico. O processo cultural é responsável por criar estas amarras, pois curiosamente o que os desqualifica em sua masculinidade é o que, em princípio, qualifica o gênero feminino. Os qualificativos culturais normativos de um gênero são usados para desqualificar comportamentos não esperados como próprios do outro gênero (PEREIRA; PONTES; RIBEIRO, 2015. p. 149).

Quadro 11: Exemplos de respostas referentes a quinta pergunta específica.

PERGUNTA	PARTICIPANTE	RESPOSTAS
5- Comente sua experiência no Estágio em Educação Infantil: você realizou todas as atividades planejadas? Houve alguma situação adversa pelo fato de você ser homem?	" Pedro "	" O contato afetivo com as crianças era sempre olhado de forma estranha, pelo fato de ser homem ".
	"Walter"	"Todas as atividades foram realizadas porém, quando tratado da rotina no CREI, alguns momentos como o do banho, da soneca foi visível algumas barreiras".
	"Lucas"	" Realizei todas as atividades planejadas. Diante o estágio percebi alguns olhares estranhos e até perguntas do tipo: Você veio fazer o que? Assim quando cheguei no local de estágio ".

Fonte: Levantamento da pesquisa. Novembro 2019.

As respostas dos quadros 12 e 13, referem-se ao questionamento sobre as atividades desenvolvidas por pedagogos homens e mulheres, de maneira que, de acordo com as informações contidas no quadro, apenas um dos entrevistados afirma existir distinção para as atividades docentes no que tange a Educação Infantil, para homens e mulheres. Dois afirmam ainda que, a graduação habilita igualmente os homens e as mulheres para o exercício da profissão de pedagogo. Demonstrando que a qualificação profissional é o fator relevante, escanteando, dessa maneira, as questões biológicas e de gênero, rompendo com a naturalização dos preconceitos.

Quadro 12: Exemplos de respostas referentes a sexta pergunta específica.

QUESTÃO	PARTICIPANTE	RESPOSTAS
6- Na sua opinião, há atividades diferentes para serem exercidas por pedagogos homens e mulheres? Explique.	" Pedro"	"Não, por se tratar do mesmo curso deveria ter direitos iguais".
	"Severino"	"Não aceito que haja ou deva haver atividades diferentes a serem exercidas entre homens e mulheres."
	"Tiago"	"Acredito que não, apenas que tem que se quebrar esse paradigma que só mulheres podem ser professoras nessa etapa de ensino".
	"Ricardo"	"Não, a formação em Pedagogia habilita homens e mulheres para as mesmas funções."

Fonte: Levantamento da pesquisa. Novembro 2019.

Quadro 13: Exemplos de respostas referentes a sexta pergunta específica.

QUESTÃO	PARTICIPANTE	RESPOSTAS
6- Na sua opinião, há atividades diferentes para serem exercidas por pedagogos homens e mulheres? Explique.	"Lucas"	" Sim, nós somos restritos a exercer apenas algumas atividades e até mesmo contato para com as crianças".

Fonte: Levantamento da pesquisa. Novembro 2019

O quadro 14 aborda as respostas dos entrevistados, em relação aos preconceitos sofridos por conta da opção em cursar a graduação de Pedagogia. Das respostas explicitadas no quadro supramencionado, quatro alunos entrevistados afirmam não ter sofrido nenhum tipo de preconceito por conta da opção pela graduação de Pedagogia. Todavia, um dos alunos diz ter sofrido preconceito enquanto estagiário, mas sem especificar em qual estágio. Os demais enfatizaram que sofreram preconceitos pelas mídias sociais, pelos amigos, por parte de alguns docentes da graduação, bem como, por parte de alguns familiares.

Preconceitos que questionaram a orientação sexual de alguns dos entrevistados, por conta da escolha pela graduação em Pedagogia, alegando que Pedagogia é coisa de mulher, sem que se esqueça dos questionamentos relativos à baixa remuneração e prestígio da profissão de pedagogo. Fatores que dialogam com os pensamentos de Krammer (2001) *apud* Silva (2014):

As atividades do magistério infantil estão associadas ao papel sexual reprodutivo, desempenhado tradicionalmente pelas mulheres, caracterizando situações que reproduzem o cotidiano, o trabalho doméstico de cuidados e socialização infantil. As tarefas não (eram) remuneradas e têm aspecto afetivo e de obrigação moral. Considera-se que o trabalho do profissional de educação infantil necessita de pouca qualificação e tem menor valor. A ideologia aí presente camufla as precárias condições de trabalho, esvazia o conteúdo profissional da carreira, desmobiliza os profissionais quanto às reivindicações salariais e não os leva a perceber o poder da profissão (KRAMER, 2001 *apud* SILVA, 2014. p. 15).

Quadro 14: Exemplos de respostas referentes a oitava pergunta específica.

QUESTÃO	PARTICIPANTE	RESPOSTAS
8- Você sofreu algum tipo de preconceito por ter optado por cursar Pedagogia? Como ocorreu, em que espaço? Na sua opinião, teve influência por você ser homem?	"Severino"	" Nenhum preconceito."
	"Tiago"	"Não, até o presente momento não."
	"Caio"	"Felizmente não".
	"Lucas"	" Diretamente não. Sofri preconceito apenas em algumas vivências e situação de estágio".
	"Joseph"	" Não sofri nenhum tipo de preconceito".

Fonte: Levantamento da pesquisa. Novembro 2019.

Quadro 15: Exemplos de respostas referentes a oitava pergunta específica.

QUESTÃO	PARTICIPANTE	RESPOSTAS
8- Você sofreu algum tipo de preconceito por ter optado por cursar Pedagogia? Como ocorreu, em que espaço? Na sua opinião, teve influência por você ser homem?	" Pedro"	"Sim, por amigos, eles fizeram piadas sobre a minha escolha".
	"Walter"	" Sim, quando escolhido o curso muitas pessoas do convívio familiar comentavam: vai cuidar de crianças, isso é coisa de mulher. Apesar, que isso não me impediu de cursar este curso".
	"Ricardo"	"Poucos comentários preconceituosos em mídias sociais, em que algumas pessoas expressaram que eu iria morrer de fome por escolher Pedagogia".
	"João"	" Apenas de alguns professores, que alegavam que eu estava perdendo tempo, tal fato me cativou ainda mais a permanecer no curso".
	"Augustus"	" Comentários do tipo: é um curso mais para mulher que tem mais jeito com crianças, e que não é uma profissão rentável, nos espaços sociais".

Fonte: Levantamento da pesquisa. Novembro 2019

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender quais as dificuldades encontradas pelos homes que optam em cursar a graduação de Pedagogia e, particularmente, atuar na Educação Infantil é fundamental, pois permite reconhecer e desconstruir preconceitos de gênero que dificultam a atuação profissional de homens na área da educação de crianças.

A partir de tais levantamentos acerca das dificuldades, dos preconceitos sofridos, sentidos e das situações vexatórias encaradas pelos estudantes homens, podemos pensar em ações de enfrentamento contra toda essa problemática, bem como, compreender quais os estigmas sofridos, quais os preconceitos sentidos na pele, qual a lógica perversa dessa exclusão e dessa sensação ainda existente de um “não-lugar” para os estudantes homens do curso de Pedagogia. Embora reconheça que os preconceitos de gênero acometem em maior número as mulheres.

Apesar de o histórico da Educação Infantil possuir uma forte ligação com as mulheres, como uma etapa da educação fortemente imbricada aos comportamentos e virtudes naturalizadas como femininas, posso afirmar, amparado pelo embasamento teórico contido em meu TCC, que tais compreensões, equivocadas e ainda em voga, trazem à baila, uma série de temáticas, entre elas as questões de gênero, da naturalização dos preconceitos, da heteronormatividade e da masculinidade hegemônica, e que por muitas vezes não passam por amplas discussões e debates durante o nosso processo de graduação.

Portanto, foi importante dialogar acerca dessa problemática ampla e complexa com os estudantes, pois pude perceber, ao longo dos questionários, que os graduandos carecem de ser escutados acerca de suas demandas e necessidades. Pude constatar que alguns dos entrevistados sofreram as dificuldades de inserção e os preconceitos oriundos da masculinidade hegemônica e da heteronormatividade ainda existente na sociedade e nos espaços sociais, entre eles a escola.

Discutir as dificuldades de inserção dos homens nos espaços da Educação Infantil é dialogar acerca do rompimento de paradigmas, sobre a quebra de naturalizações ainda existentes em nossos contextos sociais, é lutar contra um

sistema hegemônico e que demoniza tudo que é diferente. É abrir a possibilidade de que a temática seja trazida à tona nos espaços de formação de pedagogos(as), nas universidades de um modo geral, e na sociedade civil também.

Que o tema não se esgote aqui, que mais trabalhos possam abarcar a temática, que mais discentes e docentes ampliem os seus horizontes e que os debates contribuam para o fomento de uma sociedade mais justa, plural e isenta de preconceitos, valorizando a vida e à dignidade humana.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. T. dos S. **O estudante homem no curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba campus I: desafios e perspectivas**. Monografia Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa, 2019. Disponível em:< <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16353>> Acesso em: 15 fev. 2020.
- ARAGÃO, M.; KREUTZ, L.. Considerações acerca da Educação Infantil: história, representações e formação docente. **Conjectura**, v. 15, n. 1, jan./abr. 2010. Disponível em:< <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/174>>. Acesso em: 02 jan. 2020.
- CARVALHO. M. E. P. de; ANDRADE, F.C.B. de; JUNQUEIRA, R. D. . **Gênero e diversidade sexual**: um glossário. João Pessoa, Editora Universitária UFPB, 2009.
- CASTRO, R. P. de; SANTOS, V. R. dos. Relações de gênero na Pedagogia: concepções dos estudantes homens. **Educação em Perspectiva**. Viçosa, MG, v. 7, n. 1, set. 2016. ISSN 2178-8359. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/ojs/educacaoemperspectiva/article/view/6859>>. Acesso em: 21 set. 2019.
- GIL, A. C. . **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONÇALVES, J. P.; CAPRISTO, Z. R. N.; FERREIRA, V. C. DE M. . Professores homens na educação infantil: aceitação e receio dos familiares que vivenciam essa experiência. **Pesquisa em foco**, São Luís, v. 20, n.2, p. 136-154, 2015. Disponível em: < http://ppg.revistas.uema.br/index.php/PESQUISA_EM_FOCO/article/view/1017 >. Acesso em 22 set. 2019.
- HORTA, T. R. **Avaliação da qualidade percebida e priorização de ações estratégicas por meio do modelo multicritérios de apoio à decisão**: um estudo de caso em uma indústria de esquadrias de alumínio no sudeste mineiro. Monografia – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <http://www.ufjf.br/engenhariadeproducao/files/2014/09/2012_3_Thais.pdf>. Acesso em: 22 set. 2019.
- LOURO, G. L. . Gênero e sexualidade e educação. **Uma perspectiva pós estruturalista**. Guacira Lopes Louro – Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

MARCONDES, N. A. V. ; LACERDA, P. G. ; CHAMON, E. M. Q. O. . Educação Infantil Brasileira: um Caminho Percorrido Sob a Perspectiva da Regulamentação e da Legislação.. **REVISTA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**, 2018. Disponível em:< <https://revista.pgsskroton.com/index.php/juridicas/article/view/4076>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MARAFON, D. . **Educação Infantil no Brasil: um percurso histórico entre as idéias e as políticas públicas para a infância**. In: VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História sociedade e Educação no Brasil, 2009, Campinas. VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil. Campinas: Unicamp, 2009. Disponível em:< <https://www.google.com/search?q=Educação+Infantil+no+Brasil%3A+um+percurso+historico+entre+as+idéias+e+as+políticas+públicas+para+a+infância.&oq=Educação+Infantil+no>>. Acesso em: 25 out. 2019.

MIRANDA, L. F. L.. **Atuação de homens na educação: um olhar sobre as perspectivas e desafios dos graduandos do curso de pedagogia da universidade federal da Paraíba**. Monografia. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em:< <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/2640>>. Acesso em: 23 mar.2020.

MONTEIRO, M. K. ; Altmann, Helena . Homens na educação infantil: olhares de suspeita e tentativas de segregação. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 44, p. 720-741, 2014. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742014000300012&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 10 fev. 2020.

NASCIMENTO, E. C. M. do . **Processo histórico da educação infantil no Brasil: educação ou assistência?**. In: Jane Maria de Abreu Drewinski; Aliandra Cristina Mesomo Lira. (Org.). **Infância e educação infantil: políticas e práticas**. 1ed.Guarapuava: UNICENTRO, 2015, v. 1, p. 12-275. Disponível em:< https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17479_9077.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2020.

PASCHOAL, J. D., & MACHADO, M. C. G. (1). A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-Line**, 9(33), 78-95. Disponível em: < <https://doi.org/10.20396/rho.v9i33.8639555>>. Acesso em: 21 set. 2019.

PEREIRA, E. G. B. ; PONTES, V. S. ; RIBEIRO, C. H. V. ; SAMPAIO, T. M. V.. Os Estudos de Gênero e Masculinidade e seus Reflexos para a Educação Física. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 23, p. 146-156, 2014. Disponível em:< <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/4865>> . Acesso em 15 jan. 2020.

PIMENTA, S. G. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido. (Org). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez Editora, 1999. (p. 15 a 34).

SANTOS, H. B. dos; DETONI, P. P.; NOVAIS, F. L. M.. Movimento de homens ; homens em movimento: dissonâncias no debate sobre as masculinidades. **Diversidade e Educação**, [S.l.], v.7, n.2,p.254 – 277, fev, 2020. ISSN 2358-8853. Disponível em: < <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/9625>> . Acesso em: 24 marc. 2020.

SILVA, A. C. G. da. **Reflexões sobre o professor do sexo masculino na educação infantil**. Monografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014. Disponível em: <<http://www.ffp.uerj.br/arquivos/dedu/monografias/Monografia.pdf>> Acesso em: 5 out. 2019.

TARTUCE, Gisela Lobo B. P. ; NUNES, Marina ; ALMEIDA, P. A. . Alunos do Ensino Médio e a atratividade da carreira docente no Brasil.. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas. Impresso) , v. 40, p. 445-477, 2010. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742010000200008&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 05 dez. 2019.

APÊNDICES



APÊNDICE A
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE

Prezado estudante, este questionário fará parte do meu trabalho de conclusão de curso (TCC) de Pedagogia e, que tem por objetivo conhecer e refletir os desafios e as estratégias de superação dos estudantes homens do curso de Pedagogia, ao cursarem o componente curricular Estágio Supervisionado em Educação Infantil do respectivo curso. Este TCC está sendo desenvolvido por mim, Leonardo Lima da Silva, sob a orientação da professora Jeane Félix.

A finalidade deste trabalho é contribuir com reflexões acadêmicas sobre a atuação de homens na Educação Infantil com a redução dos preconceitos referentes à atuação dos mesmos nessa etapa da escolarização, amplamente compreendida como espaço de atuação das mulheres.

Nesse sentido, solicitamos sua colaboração respondendo a este questionário e autorizando a apresentação e publicação dos resultados deste estudo em espaços acadêmicos, lembrando que, por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Você poderá desistir de participar do estudo a qualquer momento, caso julgue necessário. Além disso, comunicamos que o pesquisador se encontra à sua disposição para quaisquer dúvidas e/ou esclarecimentos durante todo o processo de pesquisa.

Atenciosamente,

Leonardo Lima da Silva
(Pesquisador responsável)

Declaro que estou de acordo em participar desta pesquisa e que recebi uma cópia do presente documento Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE, como dispus da oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas em relação ao estudo.

João Pessoa, _____ de _____ de 2019

Assinatura do Participante da Pesquisa

Caso necessite de mais informações sobre o presente estudo, favor, comunicar-se pelo endereço eletrônico: leonardolm29@gmail.com

APÊNDICE B

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

Prezado colega,

Desde já, agradeço sua disponibilidade para contribuir com meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) respondendo a este questionário. Sua participação será muito valiosa para esse estudo!

Leonardo Lima

QUESTIONÁRIO**I. PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA:**

Idade: _____

Raça/cor: _____

Estado Civil: _____

Orientação sexual: _____

Possui filho(a)(s)? _____

No momento, trabalha? () sim () não. Se sim, em que? _____

Em qual período do curso se encontra atualmente? _____

II. HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

1. O curso de Pedagogia foi a sua primeira opção? Comente.

2. Quais as dificuldades que você encontrou no curso até o momento? Você atribui alguma(s) dessas dificuldades ao fato de ser homem? Comente.

- 3.** Na sua opinião, o curso de Pedagogia aborda as questões de gênero? Comente (em quais componentes curriculares, eventos, outros momentos etc.)

- 4.** O que você acha da atuação de homens pedagogos na Educação Infantil? Você deseja trabalhar nesta etapa da escolarização? Explique sua resposta.

- 5.** Comente sobre sua experiência no Estágio em Educação Infantil: você realizou todas as atividades planejadas? Houve alguma situação adversa pelo fato de você ser homem?

- 6.** Na sua opinião, há atividade diferentes para serem exercidas por pedagogos homens e mulheres? Explique.

7. Após graduado, pretendes atuar na Educação Infantil? Comente.

8. Você sofreu algum tipo de preconceito por ter optado por cursar Pedagogia? Como ocorreu, em que espaço? Na sua opinião, teve influência por você ser homem?

9. Qual sua opinião sobre o estranhamento ainda existente para com os homens que cursam Pedagogia, especialmente, os que desejam atuar na Educação Infantil? Comente.
